

Brasília, 24 de março de 2026

Seleção

Sumário

Blog Coluna Capital - O Globo Online

Segunda-feira, 23 de março de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

Preço da caneta emagrecedora vai despencar logo com genérico? A previsão da Far... .. 3

Jota Info

Segunda-feira, 23 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Crescimento acelerado dos bioinsumos no Brasil e o panorama das patentes 4

Migalhas

Segunda-feira, 23 de março de 2026 | ABPI

Morre Peter Dirk Siemsen, referência em Propriedade Intelectual 7

O Brazilianista

Segunda-feira, 23 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Mercosul e União Europeia avançam e definem início do acordo comercial após mai... .. 8

Revista Encontro Online - Estado de Minas Online

Segunda-feira, 23 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

UFMG bate recorde de depósitos de patentes em 2025 10

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Segunda-feira, 23 de março de 2026 | Direitos Autorais

A IA está escrevendo livros de ficção. E as editoras não estão preparadas para iss... .. 12

G1 - Globo

Segunda-feira, 23 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

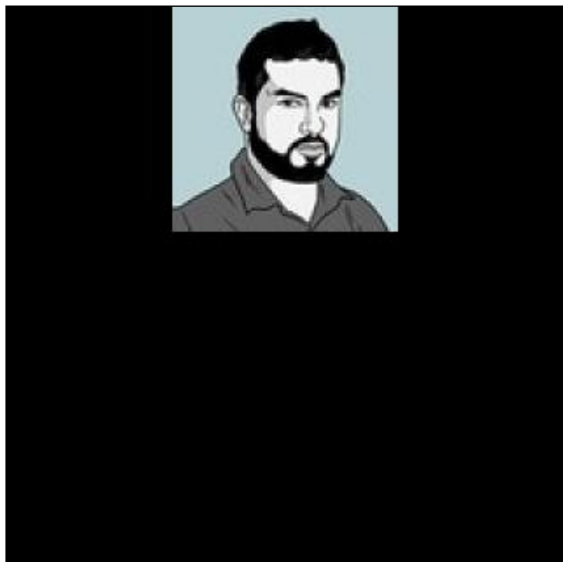
Sob liderança de Richard Lucas da Silva Miranda, LT Studios cresce nos games 16

Agência Senado

Segunda-feira, 23 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Boletim.leg - Edição das 22h 18

Preço da caneta emagrecedora vai despencar logo com genérico? A previsão da Faria Lima



Capital Capital

Com a recente expiração da patente da semaglutida, princípio ativo de Ozempic e Wegovy, o mercado de canetas emagrecedoras deve receber uma enxurrada de medicamentos genéricos - já há pelo menos 15 pedidos na fila da **Anvisa**. O movimento deve popularizar um tratamento que, até agora, só era acessível às classes média e alta - mas a velocidade dessa abertura tende a ser mais lenta do que o hype sugere, argumentam analistas do BTG Pactual em relatório.

"Os preços dificilmente cairão imediatamente, já que as reduções dependem da entrada efetiva de concorrentes, e não da simples expiração legal da patente. Atualmente, as canetas de semaglutida custam cerca de R\$ 1 mil, dependendo da dosagem. Sem produtos concorrentes no mercado, a dinâmica de preços permanece inalterada no curto prazo", afirmou o banco, acrescentando:

"Com o tempo, à medida que novos entrantes lancem produtos e ganhem escala, os preços devem cair gradualmente."

Competitivo O relatório pondera, no entanto, que, "como a semaglutida não é um medicamento tradicional de molécula pequena, é pouco provável que genéricos 'puros' - normalmente cerca de 35% mais baratos - dominem o mercado."

"Em vez disso, o mercado será impulsionado por biossimilares e novos produtos, que inicialmente podem oferecer descontos mais próximos de 20%", preveem os analistas.

Segundo a análise do banco, dois produtos na fila da **Anvisa** - desenvolvidos pela EMS e pela Ávita Care - estão em estágio mais avançado, conhecido como "cumprimento de exigências", o que significa que a **Anvisa** já analisou seus dossiês e solicitou esclarecimentos adicionais no início de março. As farmacêuticas têm até quatro meses para responder. Para o banco, os primeiros genéricos devem chegar às farmácias entre julho e agosto de 2026.

"Outros sete pedidos estão em análise ativa e podem receber feedback inicial no primeiro semestre de 2026, enquanto os demais ainda não entraram na fase formal de avaliação. Trata-se de um dos pipelines mais competitivos da indústria farmacêutica brasileira nos últimos anos, evidenciando tanto a atratividade quanto a escala da oportunidade", explicou o relatório.

Dianteira Na avaliação dos analistas do BTG, a EMS parece estar mais bem posicionada na disputa pelo mercado de genéricos.

"A companhia investiu aproximadamente R\$ 1,2 bilhão para desenvolver capacidade doméstica de produção de semaglutida, incluindo a expansão de sua planta em Hortolândia (SP), que deve produzir até 20 milhões de canetas por ano. Esse nível de investimento sugere forte compromisso e prontidão para ganhar escala assim que a aprovação for obtida. A Ávita Care também está em estágio regulatório avançado, embora haja menos informações disponíveis sobre sua capacidade industrial", observaram.

Crescimento acelerado dos bioinsumos no Brasil e o panorama das patentes



Há espaço para mais invenções, o que requer maior conscientização e investimento de agentes econômicos em proteger tecnologias

O Brasil é um importante mercado para os bioinsumos. Dados da CropLife Brasil mostram que as indústrias de bioinsumos faturaram R\$ 4,5 bilhões em 2024, um aumento de 30% em relação a 2022[1]. O faturamento do segmento cresceu mais de 6 vezes em cinco anos: em 2019 eram R\$ 675 milhões[2].

Em 2025 as exportações de bioinsumos brasileiros responderam por US\$ 68,32 milhões, 7% do total de US\$ 976 milhões das exportações do setor de insumos agrícolas, representando um crescimento de 7% do setor em relação a 2024[3]. Estima-se que o mercado global de bioinsumos continue crescendo e atinja US\$ 45 bilhões até 2032, como resultado da perspectiva de que os Estados Unidos e a Europa continuem expandindo a adoção dos insumos biológicos e que o Brasil continue ampliando a área tratada com tais insumos.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Os números positivos se refletiram também no ambiente regulatório: o Brasil encerrou 2025 com a concessão do registro de 162 produtos classificados como bioinsumos, o maior número já registrado no país. Estão incluídos produtos formulados biológicos, microbiológicos, bioquímicos, extratos vegetais, reguladores de crescimento e semioquímicos, que podem ser utilizados também na agricultura orgânica[4]. De acordo com dados da CropLife

Brasil, já são mais de 1.000 bioinsumos registrados no país, o que nos posiciona como um polo de formulação biológica para a agricultura.

Em 24 de dezembro de 2024 entrou em vigor no Brasil a Lei 15.070/2024, o Marco Regulatório dos Bioinsumos, estabelecendo diretrizes para a produção, comercialização e utilização dos bioinsumos na agricultura [5]. Desde então o país ganhou mais estímulos para a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, segurança jurídica e estímulo à inovação.

Estabelecer o marco regulatório era um dos Objetivos Estratégicos do Programa Nacional de Bioinsumos, instituído pelo governo federal em 2020[6]. Entre os objetivos do Programa estão a promoção de boas práticas de produção e uso desses insumos, além do fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação na área. Como resultado, tem-se o fortalecimento e expansão do uso de bioinsumos na agricultura brasileira e a redução da dependência de insumos sintéticos.

Os bioinsumos são definidos na Lei 15.070/2024 como "produto, processo ou tecnologia de origem vegetal, animal ou microbiana, incluído o oriundo de processo biotecnológico, ou estruturalmente similar e funcionalmente idêntico ao de origem natural, destinado ao uso na produção, na proteção, no armazenamento e no beneficiamento de produtos agropecuários ou nos sistemas de produção aquáticos ou de florestas plantadas, que interfira no crescimento, no desenvolvimento e no mecanismo de resposta de animais, de plantas, de microrganismos, do solo e de substâncias derivadas e que interaja com os produtos e os processos físico-químicos e biológicos"[7].

Nesse contexto, os biofertilizantes, bioestimulantes, bioinoculantes e agentes de controle biológico - incluindo bioinseticidas, biofungicidas, bionematicidas - são alguns exemplos de categorias de bioinsumos.

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) os bioinsumos

trazem uma economia anual para o país de aproximadamente R\$ 165 milhões com a aplicação de produtos para controle biológico e da ordem de US\$ 13 bilhões com a exploração da fixação biológica de nitrogênio somente com a cultura da soja.

Esse incremento econômico tende a aumentar nos próximos anos, especialmente, em função da expansão do mercado de biológicos no Brasil e no mundo, pelo potencial de produtividade da agricultura tropical sustentável brasileira e pela demanda dos setores produtivos e da sociedade[8].

Em vista de um cenário comercial tão próspero e ainda promissor, torna-se relevante analisar e entender os bioinsumos também sob a perspectiva da **propriedade industrial**. Para isso, realizou-se um estudo que mapeou os pedidos de patente relacionados ao assunto, depositados no Brasil nos últimos 10 anos[9]. Foram identificados 1.247 pedidos de patente nesse escopo, dos quais 59,66% são PCT, 36,25% são pedidos de nacionais e os 4,09% restantes são pedidos depositados via CUP.

A Figura 1 mostra que houve um aumento significativo de depósitos de pedidos de patente na área de bioinsumos entre os anos de 2017 e 2019[10].

Figura 1: Total de pedidos por ano do depósito

Observa-se um aumento crescente no número dos pedidos de bioinsumos sendo examinados e decididos em 1ª instância a partir de 2019, atingindo patamares bastante elevados desde 2022 (Figura 2). É esperado que esses números se mantenham elevados, pois há 373 pedidos que ainda aguardam o início do exame técnico e outros cujo exame já está em curso, aguardando decisão.

Dos pedidos decididos, observa-se uma taxa de deferimento de 59,43% durante todo o período estudado e de 60,95% nos últimos 12 meses. Uma taxa de deferimento relativamente baixa, o que já era esperado diante das restrições impostas pela LPI quanto à patenteabilidade de produtos naturais - particularmente o todo ou parte de seres vivos e materiais biológicos -, ainda que isolados da natureza por meio de seleção dirigida.

De fato, dos pedidos mapeados que foram indeferidos, constatou-se que o indeferimento foi feito com base nos art. 10, IX, e/ou art. 18, III da LPI em 15,00% dos casos[11], [12]. Esse dado sugere que há uma parcela significativa de tecnologias para as quais se busca proteção no Brasil, mas que não en-

contram respaldo legal quanto a sua patenteabilidade em nosso território.

Figura 2: Total de pedidos por ano da decisão em 1ª instância

A Figura 3 mostra o ranking dos 15 maiores depositantes dos pedidos de patente no Brasil. Dentre as empresas globais do setor de insumos agrícolas destaca-se a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) na 3ª posição, empresa pública líder em pesquisas no setor agrícola no país. Destaque também para as universidades brasileiras que têm presença marcante no ranking.

Figura 3: Top 15 depositantes

Dentre os países de origem desses pedidos de patente, destaca-se o Brasil na primeira posição, seguido do Estados Unidos, conforme mostrado na Figura 4. Juntos, esses países detêm 65,20% dos pedidos mapeados.

Figura 4: Top 15 países de origem

Esses números evidenciam a relevância e potência do setor agrícola brasileiro no campo dos bioinsumos, também sob o ponto de vista de **propriedade industrial**. Entretanto, embora crescentes, os números dos pedidos de patente relacionados a bioinsumos no país não acompanham o ritmo acelerado de crescimento do mercado.

Há espaço para mais invenções, o que requer maior conscientização e investimento dos agentes econômicos em proteger suas tecnologias em um território extremamente atrativo e estratégico como o Brasil.

Da mesma forma, é importante fazer uma avaliação contínua do ambiente de **propriedade industrial** nacional, monitorando a disposição e os incentivos voltados ao aprimoramento do ordenamento legal e normativo do **INPI** e, consequentemente, à concessão de patentes na área.

[1] RELATÓRIO CROPDATA. São Paulo: CropLife Brasil, 2025. Disponível em: <https://croplifebrasil.org/cropdata/arquivos/boletim.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

[2] Produção agrícola sustentável para enfrentar pragas e doenças nas lavouras. **CropLife Brasil**, 30 set. 2021. Disponível em: <https://croplifebrasil.org/producao-agricola-sustentavel-para-enfrentar-pragas-e-doencas-nas-lavouras/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

[3] Indústria de insumos agrícolas bate recorde em comércio exterior. **CropLife Brasil**, 22 jan. 2026. Disponível em: <https://croplifebrasil.org/industria-de-insumos-agricolas-bate-recorde-em-comercio-exterior/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

[4] Mapa divulga balanço anual de registros de agrotóxicos e bioinsumos em 2025. **Ministério da Agricultura e Pecuária**, 4 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-divulga-balanco-anual-de-registros-de-agrotoxicos-e-bioinsumos-em-2025>. Acesso em: 16 jan. 2026.

[5] BRASIL. **Lei nº 15.070, de 23 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre a produção, a importação, a exportação, o registro, a comercialização, [...] de bioinsumos para uso agrícola, pecuário, aquícola e florestal [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15070.htm. Acesso em: 22 jan. 2026.

[6] BRASIL. **Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020**. Institui o Programa Nacional de Bioinsumos e o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10375.htm. Acesso em: 22 jan. 2026.

[7] Art. 2º, inciso II.

[8] MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Bioinsumos**. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inovacao/bioinsumos/material-para-imprensa/pt/release-04-programanacionalbioinsumos_divulgacao. Acesso em: 22 jan. 2026.

[9] Metodologia: pedidos de patente de invenção e certificados de adição de invenção depositados entre 2015 e 2024 que deram entrada no Brasil,

contendo classificações IPC e CPC selecionadas, bem como termos-chave relacionados à microrganismos e agricultura buscados nos campos título, resumo, quadro reivindicatório e descrição da invenção utilizando a base Orbit; os dados dos processos identificados foram coletados em consulta ao banco de dados Licks Attorneys, alimentado pelos dados publicados pelo **INPI** nas RPIs e no BuscaWeb; levantamento realizado em 21/01/2026; metodologia completa disponível sob demanda.

[10] O total de pedidos de 2024 pode estar incompleto, devido ao período de sigilo de 18 meses contados do depósito.

[11] Art. 10, IX LPI: "Não se considera invenção nem modelo de utilidade: IX - o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais."

[12] Art. 18, III LPI: "Não são patenteáveis: III - o todo ou parte dos seres vivos, exceto os micro-organismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta."

Morre Peter Dirk Siemsen, referência em Propriedade Intelectual

Faleceu ontem, 22/3, aos 96 anos, o advogado Peter Dirk Siemsen, sócio sênior honorário do e um dos principais nomes da **Propriedade Intelectual** no país.

Peter Dirk Siemsen (Imagem: Divulgação)

Formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, admitido na OAB em 1955 e atuou por mais de sete décadas, destacou-se por sua contribuição ao desenvolvimento e à consolidação da área no Brasil, sendo reconhecido por sua atuação pioneira e por seu papel na estruturação da prática jurídica de **Propriedade Intelectual**. Teve também atuação relevante no campo institucional. Foi fundador e presidente de honra da **ABPI**, fundador e presidente de honra da ASIPI e presidente internacional da AIPPI, onde também foi Membro de Honra.

Recebeu importantes reconhecimentos internacionais, incluindo sua inclusão no IP Hall of Fame, em 2013, e o President's Award da INTA.

Em nota, o afirmou que "a trajetória de Peter Dirk Siemsen se confunde com a própria consolidação da **Propriedade Intelectual** no Brasil".

Peter Dirk Siemsen deixa quatro filhos, aos quais era profundamente dedicado, além de familiares, amigos e colegas que hoje lamentam sua partida.

Sua morte representa uma perda significativa para a comunidade jurídica e para todos aqueles comprometidos com a proteção da criatividade e da inovação. Seu legado, no entanto, permanece vivo nas instituições que ajudou a fortalecer e nas ideias que ajudou a consolidar.

Mercosul e União Europeia avançam e definem início do acordo comercial após mais de duas décadas de negociação



O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia deve começar a ser aplicado de forma provisória a partir de 1º de maio. A decisão marca um passo relevante após mais de 25 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

Segundo o UOL Notícias, a Comissão Europeia confirmou que a implementação inicial permitirá a entrada em vigor de parte das regras comerciais, mesmo antes da conclusão total do processo de ratificação nos parlamentos europeus. A medida atende a uma demanda do Parlamento Europeu, que solicitou análise jurídica prévia sobre o tratado.

Na prática, essa aplicação provisória já permitirá mudanças importantes no comércio entre os países envolvidos, especialmente com a redução de tarifas e a criação de regras mais estáveis para empresas e investidores.

O acordo foi autorizado recentemente pelos 27 países da União Europeia e, neste primeiro momento, valerá para Brasil, Argentina e Uruguai. O Paraguai ainda não será incluído, pois não concluiu todas as etapas formais necessárias, embora a expectativa seja de adesão em breve.

O anúncio também ocorre em meio a pressões internas na Europa. Agricultores, principalmente na França, têm protestado contra o tratado por temerem impactos negativos no setor agrícola. Manifestações recentes reuniram centenas de tratores e ações simbólicas em Paris.

Apesar das críticas, a Comissão Europeia afirma ter adotado mecanismos para reduzir resistências, incluindo controles mais rígidos sobre importações e

a criação de instrumentos de proteção para setores mais sensíveis.

O que prevê o acordo?

O tratado firmado entre os blocos é considerado um dos maiores do mundo em volume econômico e populacional. Conforme já explicado pelo O Brazilianista, o objetivo central é ampliar o comércio entre as regiões por meio da redução de barreiras e da criação de regras comuns.

Entre os principais pontos está a diminuição gradual das tarifas de importação e exportação. Quando totalmente implementado, o acordo deve permitir que a maior parte dos produtos circule com impostos reduzidos ou zerados entre os dois mercados.

Além disso, o tratado estabelece normas que trazem mais previsibilidade para negócios internacionais. Isso inclui regras claras para investimentos, serviços, compras públicas e proteção à **propriedade intelectual**.

Outro aspecto relevante envolve as exigências sanitárias e ambientais. Produtos comercializados deverão seguir padrões rigorosos, e há cláusulas que permitem a suspensão do acordo em caso de descumprimento de compromissos ambientais.

O texto também prevê mecanismos de proteção. Em situações específicas, como aumento repentino de importações, tarifas poderão ser retomadas temporariamente para proteger produtores locais.

Para empresas, especialmente pequenas e médias, a expectativa é de redução de custos e menos burocracia nas exportações. Já no setor industrial, há previsão de ampliação de oportunidades de acesso ao mercado europeu.

No campo agrícola, o acordo estabelece limites para determinados produtos considerados sensíveis, como carne e açúcar, evitando impactos bruscos sobre produtores europeus.

E no Brasil?

O Brazilianista também já explicou que o Brasil já avançou internamente na aprovação do acordo, e a

Continuação: Mercosul e União Europeia avançam e definem início do acordo comercial após mais de duas décadas de negociação

expectativa do governo é que a entrada em vigor, mesmo que parcial, ajude a impulsionar exportações, atrair investimentos e integrar empresas nacionais a cadeias globais.

O tratado também inclui períodos de transição para setores mais vulneráveis, permitindo adaptação gradual à concorrência internacional. Além disso, há previsão de monitoramento contínuo dos efeitos econômicos, com possibilidade de ajustes ao longo

do tempo.

Mesmo com o avanço, o acordo ainda depende de etapas adicionais na Europa, onde segue em análise jurídica e política.

Acompanhe O Brazilianista no

UFMG bate recorde de depósitos de patentes em 2025



Universidade registra 95 pedidos ao **INPI** e amplia atuação em inovação, com destaque também para softwares, marcas e tecnologia

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) registrou, em 2025, o maior número de depósitos de pedidos de patentes de sua história junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Ao todo, foram 95 solicitações submetidas ao longo do ano, sendo 66 como primeira depositante e 29 como instituição cotitular. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) registrou, em 2025, o maior número de depósitos de pedidos de patentes de sua história junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Ao todo, foram 95 solicitações submetidas ao longo do ano, sendo 66 como primeira depositante e 29 como instituição cotitular.

O resultado supera o recorde anterior, de 2016, quando a universidade havia registrado 92 pedidos e liderado o ranking nacional de instituições depositantes de patentes de invenção. O levantamento do **INPI** considera não apenas universidades e centros de pesquisa, mas também empresas e indústrias.

Os números refletem o avanço contínuo da UFMG na produção científica e tecnológica em diferentes áreas do conhecimento. Além dos depósitos de patentes, a instituição também atuou, em 2025, na proteção de 55 registros de software, 54 registros de marca, sete registros de desenho industrial e sete registros de know-how.

Os dados fazem parte do balanço anual da Coordenação de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), responsável por organizar e impulsionar o

processo de transformação de pesquisas acadêmicas em produtos, processos e serviços que chegam à sociedade. O órgão atua como Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da universidade e contribui para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação (SNI).

Criada em 1997, a CTIT manteve sua sigla mesmo após a padronização nacional dos NITs, estabelecida entre 2016 e 2018 por meio do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Segundo a universidade, a decisão levou em conta o reconhecimento já consolidado do órgão como uma das estruturas mais avançadas do país na área.

Colaboração nacional

Além de sua atuação interna, a CTIT tem colaborado com o governo federal na formulação de políticas públicas voltadas à inovação. Recentemente, o órgão participou da concepção do programa "Acelera NIT Brasil", iniciativa do Ministério da Educação (MEC) voltada ao fortalecimento de núcleos de inovação tecnológica em instituições de ensino superior.

Lançado em 2025, o programa conta com cerca de R\$ 4 milhões em recursos e prevê apoio a até 20 NITs, por meio de trilhas de aceleração, consultorias e aporte financeiro direto. No primeiro ciclo, foram selecionados 20 núcleos - oito nascentes, oito intermediários e quatro consolidados - para participar da iniciativa.

A procura superou as expectativas: o número de candidaturas foi mais que o triplo do previsto em edital, o que abriu caminho para novas rodadas de seleção e acompanhamento.

"No programa, buscamos compartilhar com os outros NITs as dificuldades que tivemos no início de nossa trajetória, para que eles possam progredir sem precisar repetir os nossos erros", explica Gilberto Medeiros, professor do Instituto de Ciências Exatas (ICEx) e diretor da CTIT.

Ao longo da última década, a UFMG se manteve entre as cinco maiores depositantes de patentes do

Brasil. Tradicionalmente, instituições de ensino e pesquisa - especialmente públicas - dominam as primeiras posições do ranking. Nos últimos anos, no entanto, o cenário vem se diversificando, com o avanço de multinacionais que operam no país, como a Stellantis, e o fortalecimento da Petrobras, que ampliou seus investimentos em pesquisa.

A IA está escrevendo livros de ficção. E as editoras não estão preparadas para isso

5 livros que chegam às livrarias em março para ficar de olho

Durante meses, cresceram os rumores online de que o badalado romance de horror *Shy Girl* teria sido escrito com o auxílio de inteligência artificial.

O romance, sobre uma jovem desesperada que é mantida refém por um homem que conheceu online e forçada a viver como seu animal de estimação, foi autopublicado em fevereiro de 2025. O livro rapidamente encontrou um público entre os fãs de horror, e a Hachette o publicou no Reino Unido recentemente e planejava lançá-lo nos Estados Unidos em breve, anunciando-o como "um romance de horror de vingança visceral e implacável".

No início deste ano, Max Spero, fundador e diretor executivo da Pangram, um programa de detecção de IA, ouviu falar das alegações sobre *Shy Girl* e decidiu realizar um teste do texto completo. Seus resultados indicaram que o livro era 78% gerado por IA.

"Estou muito confiante de que isso é amplamente gerado por IA, ou teve uma assistência muito pesada de IA", disse Spero, que postou sua pesquisa no X em janeiro.

O Times também analisou passagens do romance usando várias ferramentas de detecção de IA e encontrou padrões recorrentes característicos de textos gerados por IA, como lacunas na lógica, uso excessivo de adjetivos melodramáticos e uma dependência excessiva da regra dos três.

Nos meses desde que *Shy Girl* foi lançado na Grã-Bretanha, mais leitores expressaram suas suspeitas online de que a escritora usou IA, citando metáforas sem sentido e um fraseado estranho e repetitivo. Enquanto um coro de alegações crescia online no final de janeiro de que o romance tinha sido gerado por IA, a Hachette permaneceu em silêncio.

Em resposta a perguntas do The New York Times sobre as alegações de IA contra *Shy Girl*, a Hachette disse ao Times que seu selo Orbit cancelou os planos de lançar o romance nos Estados Unidos e

que a Hachette descontinuará sua edição no Reino Unido.

A autora de *Shy Girl*, Mia Ballard, que, de acordo com sua bio, escreve poesia e vive no norte da Califórnia, tem muito pouca presença nas redes sociais e não parece ter abordado as alegações de uso de IA em seus feeds. Em um e-mail para o Times no final da noite de quinta-feira, 19, Ballard negou o uso de IA para escrever *Shy Girl*, sustentando que um conhecido que ela contratou para editar a versão autopublicada do romance havia usado IA.

A decisão de cancelar a publicação ocorreu após uma análise longa e minuciosa, disse o porta-voz da Hachette, observando que a empresa valoriza a criatividade humana e exige que os autores atestem que seu trabalho é original. A Hachette também pede aos seus autores que divulguem à empresa se estão usando IA.

O primeiro grande caso *Shy Girl* parece ser o primeiro romance comercial de uma grande editora a ser retirado por evidências de uso de IA. Seu cancelamento é um sinal de que a escrita por IA não está apenas aparecendo em e-books autopublicados baratos que estão inundando a Amazon, mas está se infiltrando até mesmo na ficção publicada tradicionalmente.

O fato estarrecedor de que *Shy Girl* tenha avançado tanto no processo editorial, chegando a ser lançado no Reino Unido antes que as editoras investigassem minuciosamente as alegações de uso de IA, é um sinal de quão despreparados muitos no mundo dos livros estão para lidar com a ascensão da inteligência artificial.

Isso também sinaliza o início de uma nova era de incertezas para o mercado editorial, à medida que editores e leitores, da mesma forma, são cada vez mais levados a questionar se a prosa que estão lendo foi escrita por um humano ou por uma máquina.

CONTINUA APÓS Poucas editoras ou editores aceitam falar oficialmente sobre como estão lidando com a IA, porque seus usos na escrita são

muito divisivos e eticamente nebulosos. Mas alguns executivos do setor temem que pouco possa ser feito para conter a incursão da IA, especialmente à medida que a tecnologia se torna rapidamente mais sofisticada.

"É como ocorre com o plágio - você está à mercê do autor", disse Morgan Entrekin, editor da Grove Atlantic. "Temos que ter confiança em nossos parceiros."

Por enquanto, as interrupções mais óbvias causadas pela IA estão atingindo a esfera da autopublicação, onde autores afirmam que o ecossistema foi inundado por "lixo de IA". Mas alguns na indústria acreditam ser apenas uma questão de tempo até que mais livros escritos com IA passem despercebidos pelos editores de grandes casas editoriais. A tecnologia tornou-se cada vez mais difundida - assim como a prática de selecionar livros autopublicados e relançá-los por selos tradicionais.

"Não é meramente inevitável", disse Thad McIlroy, um consultor da indústria editorial que tem instado as editoras a esclarecerem suas políticas em relação à tecnologia. "Estamos no meio disso."

Uma investigação minuciosa do uso de IA Depois que McIlroy soube das alegações sobre *Shy Girl* por meio de um funcionário da Pangram, ele obteve uma cópia do livro e solicitou relatórios da Pangram e de outros dois programas de detecção de IA, o GPT Zero e o Originality.ai. Todos os três consideraram que o texto provavelmente foi gerado em grande parte ou em parte por IA, com o relatório da Pangram sinalizando certas frases - incluindo "a pausa parece uma faca no meu peito, afiada e implacável" e, mais tarde, "pressiono o telefone contra os lábios, a tela fria e implacável" - como marcas características da escrita de chatbots.

É quase impossível mensurar quanta escrita por IA está sendo publicada, mas há evidências de que a tecnologia levou a um surto de livros. No ano passado, mais de 3,5 milhões de livros foram autopublicados, um aumento em relação aos 2,5 milhões em 2024, de acordo com a Bowker, que coleta dados da indústria do livro. As editoras tradicionais lançaram mais de 642 mil livros no ano passado (nos EUA).

Tuhin Chakrabarty, professor de ciência da computação na Stony Brook University, utilizou a Pangram para verificar a presença de escrita por IA

em mais de 14 mil romances autopublicados na Amazon. O programa descobriu que quase 20% dos romances haviam sido substancialmente escritos por IA. Analisando principalmente romances lançados entre 2024 e 2025, Chakrabarty observou um salto de 41% de um ano para o outro na quantidade de romances em sua amostra aleatória que conti-

nham uma grande quantidade de texto gerado por IA, disse ele.

Detectores de IA às vezes sinalizam erroneamente a escrita humana como gerada por computador. Ainda assim, Chakrabarty disse estar confiante de que a Pangram estava identificando a linguagem de chatbots. O programa foi construído para detectar padrões linguísticos que são frequentemente usados por grandes modelos de linguagem como o ChatGPT e o Gemini e tem uma taxa de falsos positivos de cerca de um em 10 mil, disse Spero. Ele também é projetado para capturar esforços humanos de encobrir o uso de IA através da edição.

Após compilar uma lista de romances autopublicados que a Pangram mostrou serem fortemente gerados por IA, Chakrabarty concentrou-se em livros que estavam ressoando com os leitores, com base em seu número de avaliações no Goodreads e na média de estrelas.

Quando ele classificou os livros de acordo com o maior número de críticas, *Shy Girl* estava entre os mais alta e amplamente avaliados, com mais de 4.840 avaliações e uma média de 3,5 estrelas.

A primeira crítica na página, no entanto, concede-lhe apenas uma estrela, de um leitor que escreveu: "Tenho certeza absoluta de que isso foi escrito pelo ChatGPT".

A autora Olivie Blake, que escreveu um texto de recomendação (conhecido por blurb) elogiando *Shy Girl*, escreveu em um e-mail ao Times na sexta-feira, 20, dizendo que era "verdadeiramente desalentador ouvir que a IA pode ter sido envolvida", afirmando que "ela não tem lugar na arte". Quando leu o livro, continuou ela, "considere de boa-fé que a história foi escrita por um humano, e genuinamente a achei audaciosa, inventiva e exclusivamente aterrizante".

"Dito isso", acrescentou ela, "Mia Ballard ocupa uma posição altamente vulnerável na indústria editorial como uma autora negra, então não quero tirar conclusões precipitadas".

Cláusulas contratuais Muitas editoras não proíbem explicitamente os autores de usar IA em seus contratos de livros. Em vez disso, elas dependem de cláusulas contratuais de longa data que exigem que os escritores afirmem que seu trabalho é "original", o que muitas pessoas no ramo do livro agora interpretam como proibindo efetivamente o uso de IA para a criação de texto ou imagem.

As editoras também desconfiam do conteúdo de IA porque, atualmente, textos e artes gerados por IA não podem ser protegidos por **direitos autorais**. Ainda assim, dados os usos difundidos da IA durante a pesquisa, a estruturação de roteiros e outras partes do processo de escrita, há pouca clareza sobre o que constitui seu uso apropriado. Muitos no mercado editorial temem que as editoras estejam se tornando vulneráveis a golpistas - ou mesmo a escritores que acreditam que seu uso de IA não ultrapassa nenhum limite.

Regulação do uso de IA por escritores Um problema na regulamentação do uso de IA pelos autores é que a maioria das casas editoriais corporativas não quer bani-la por completo. Os editores reconhecem que os autores usam a IA de várias maneiras que não chegam a ser o ato de escrever com ela. E os executivos editoriais querem garantir que seus funcionários possam usar a tecnologia para tarefas como a criação de textos de marketing, narração de áudio e tradução.

O fato de as empresas editoriais geralmente não terem traçado uma linha rígida em torno do uso de IA está semeando confusão sobre o que é permitido. Poderia um romancista pedir à IA para sugerir reviravoltas na trama, propor um final alternativo ou polir um rascunho e ainda assim alegar que é um trabalho original? Em que ponto o trabalho deixa de ser humano?

As suspeitas generalizadas em torno do uso de IA pelos autores colocaram as editoras em uma posição precária. Muitos ainda veem a publicação tradicional como a única fortaleza restante para a ficção original que é selecionada a dedo e polida por editores criteriosos. Se a IA é capaz de produzir ficção envolvente, e leitores e editores são incapazes de discernir suas origens, isso poderia corroer o status das editoras como formadoras de opinião literária.

Editoras na berlinda "É um problema real, e temos que encontrar algumas salvaguardas", disse Mary

Rasenberger, CEO do Authors Guild, que está liderando uma ação coletiva de **direitos autorais** em nome de autores contra a OpenAI e a Microsoft, acusando que o ChatGPT foi treinado ilegalmente com as obras protegidas por **direitos autorais** dos escritores. (O The New York Times processou a OpenAI, criadora do ChatGPT, e sua parceira Microsoft por violação de **direitos autorais** de conteúdo de notícias relacionado a sistemas de IA. Ambas as empresas negaram essas alegações.)

"Existem editoras e autores que pensam que a qualidade da IA está em um nível que não vai competir com eles, e eu não acho que esse seja o caso com os novos grandes modelos de linguagem", acrescentou Rasenberger.

Escrever livro com IA é trapaça? Escrever com IA continua sendo extremamente divisivo entre autores e leitores. Alguns veem isso como uma forma de trapaça, particularmente se os leitores não percebem que o livro que estão lendo inclui passagens geradas por um chatbot. Para outros, parece roubo: muitos programas de IA generativa foram treinados em cópias não licenciadas de obras protegidas por **direitos autorais** de autores.

Seth Fishman, um agente literário, disse que os autores que ele representa são amplamente contra o uso de IA para a escrita.

"Para os autores, isso não é apenas uma tecnologia; é uma questão moral", disse ele. "Os autores sentem que seu trabalho foi roubado."

Quando o uso de IA é detectado durante o processo editorial Mesmo antes de Shy Girl, rumores circularam no mundo do livro sobre casos que quase se concretizaram quando editoras detectaram o uso de IA antes de um livro ser lançado.

Em um caso, um editor de uma grande casa editorial, que falou sob condição de anonimato porque o processo editorial é privado, questionou um escritor sobre por que algumas passagens em seu livro mais recente eram tão planas e sem graça. O autor reconheceu que havia usado IA para revisões.

Outra casa editorial descobriu que um livro que havia adquirido apresentava prosa assistida por IA e o retirou da publicação, de acordo com um funcionário que se recusou a dar detalhes ou identificar o autor ou o selo, citando a natureza confidencial dos contratos editoriais.

Há pouco consenso sobre o que deve ser feito para filtrar livros em busca de texto de IA não divulgado. Alguns agentes e editores argumentam que as editoras precisam declarar explicitamente suas expectativas em relação à IA, para evitar confusão ou mesmo fraude por autores que não são transparentes sobre sua dependência da tecnologia.

A Penguin Random House, a maior empresa editorial dos Estados Unidos, criou diretrizes para estabelecer parâmetros em torno do uso de IA para autores e ilustradores que ecoam suas cláusulas contratuais que estipulam a originalidade.

Representantes de outras grandes empresas editoriais, incluindo HarperCollins, Simon & Schuster e Macmillan, recusaram-se a detalhar suas políticas de IA além de mencionar essas cláusulas de originalidade em seus acordos de publicação - embora um porta-voz tenha acrescentado que a Macmillan avalia as questões em torno do uso de IA caso a caso.

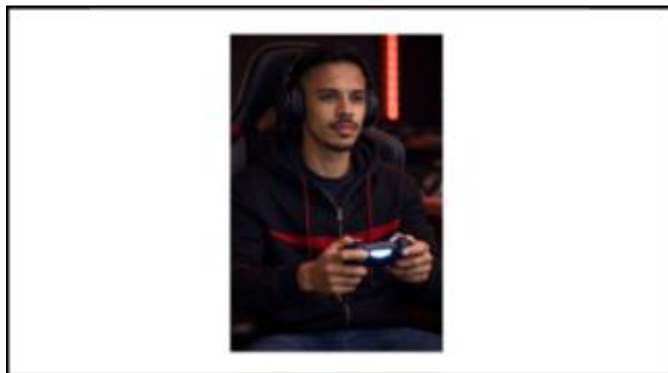
Ainda assim, alguns temem que a ambiguidade que cerca a IA, e o estigma que a tecnologia carrega no mundo literário, torne mais provável que os escritores não sejam transparentes sobre isso.

"Se é algo mantido em segredo, se você não quer falar sobre isso, as pessoas vão fazer mau uso", disse Chakrabarty. "A vergonha em torno da IA está causando mais dano do que ajuda."

Este artigo apareceu originalmente no The New York Times.

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. em nossa Política de IA.

Sob liderança de Richard Lucas da Silva Miranda, LT Studios cresce nos games



Com crescimento acelerado da indústria de jogos no Brasil, empresas de publicação ganham espaço estratégico na cadeia produtiva e ampliam a presença nacional no cenário global

O mercado de games no Brasil vive um momento de consolidação e transformação. Para o empresário do setor, Richard Lucas da Silva Miranda, nos últimos anos, o avanço da indústria tem sido impulsionado não apenas por estúdios de desenvolvimento, mas também por publishers, empresas responsáveis por estratégia, distribuição e posicionamento de jogos no mercado.

Nesse contexto, a atuação de companhias como a LT Studios evidencia uma mudança estrutural no setor. O fortalecimento dessas empresas indica maior maturidade do ecossistema nacional de tecnologia e entretenimento digital.

"O Brasil começa a estruturar melhor sua cadeia de valor em games, e as publishers têm papel central nesse processo", afirma Richard Lucas da Silva Miranda. O papel das publishers na indústria de jogos digitais

Dentro da cadeia produtiva dos games, as publishers ocupam uma função estratégica. São responsáveis por viabilizar lançamentos, estruturar campanhas e conectar produtos ao público final. Na prática, essas empresas atuam desde a análise de mercado até a comercialização dos jogos, muitas vezes financiando projetos e coordenando sua distribuição.

Esse modelo é amplamente adotado por grandes players globais e começa a ganhar força no Brasil.

Richard Lucas da Silva Miranda observa que a presença de publishers nacionais reduz a dependência de intermediários internacionais. Segundo ele, isso permite maior controle sobre **propriedade intelectual** e posicionamento de mercado.

Crescimento do mercado brasileiro e novas oportunidades

O avanço das publishers ocorre em paralelo à expansão do setor. O Brasil já figura entre os principais mercados consumidores de games do mundo e apresenta crescimento consistente em receita e número de usuários. Além disso, o número de estúdios no país aumentou significativamente na última década, refletindo um ambiente mais dinâmico e competitivo.

Esse cenário cria demanda por estruturas mais robustas de publicação. Richard Lucas da Silva Miranda explica que empresas como a LT Studios surgem justamente para preencher essa lacuna, oferecendo suporte estratégico a desenvolvedores independentes.

"Há um espaço crescente para empresas que consigam conectar criatividade local com estratégia de mercado", avalia. Tecnologia e profissionalização do setor

A evolução do mercado também está ligada ao avanço tecnológico e à profissionalização das equipes envolvidas. O setor movimenta bilhões de reais anualmente no Brasil e segue em expansão, com crescimento expressivo no número de profissionais qualificados. Nesse ambiente, publishers passam a desempenhar um papel adicional.

Elas atuam como integradoras de tecnologia, marketing e dados. A LT Studios, ao operar nesse modelo, se posiciona como parte de uma nova geração de empresas voltadas à escalabilidade de produtos digitais. Richard Lucas da Silva Miranda avalia que essa integração tende a elevar o padrão dos jogos nacionais, tanto em qualidade quanto em competitividade internacional.

Presença digital e acesso às informações da empresa

A consolidação de empresas do setor também passa pela forma como se apresentam ao público e ao mercado. No caso da LT Studios, a plataforma institucional reúne informações sobre atuação, projetos e posicionamento dentro da indústria de games.

O site Ltstudios.com.br funciona como um canal de transparência e comunicação, refletindo a proposta da empresa de atuar de maneira estruturada no ecossistema digital.

Perspectivas para o ecossistema de games no país

A consolidação de publishers brasileiras aponta para um movimento mais amplo de amadurecimento da indústria. Com mais autonomia e estrutura local, o setor tende a ampliar sua relevância no cenário global. Ao analisar esse avanço, Richard Lucas da Silva Miranda destaca que o próximo

desafio será equilibrar criatividade e sustentabilidade financeira.

Para ele, empresas como a LT Studios podem atuar como ponte entre inovação e mercado. O desenvolvimento dessa camada estratégica indica que o Brasil não apenas consome jogos, mas começa a estruturar uma indústria mais completa, capaz de produzir, distribuir e competir internacionalmente.

Para mais informações sobre a atuação da empresa e seus projetos no setor, acesse Ltstudios.com.br.

conteúdo de responsabilidade do anunciante

Boletim.leg - Edição das 22h

Tópicos: Anvisa Boletim.leg Câmara dos Deputados-Comissões Congresso Nacional Constituição Desenvolvimento Direitos Humanos Distrito Federal Educação Fiscalização Justiça Maranhão Mato Grosso Mato Grosso do Sul Medicamentos Medida Provisória Municípios Obesidade Plenário do Senado PSB PSD Quilombolas Saúde Segurança Senador Nelsinho Trad Senadora Damares Alves Superior Tribunal de Justiça SUS Transportes Violência Violência Doméstica e Familiar

Boletim.leg Boletim.leg - Edição das 22h Criminalização de misoginia é uma das votações em destaque na semana. Senador acredita que canetas emagrecedoras serão mais acessíveis, com fim da patente do Ozempic.

Radio Agência Senado 23/03/2026, 21h55 Duração de áudio: 05:30 Transcrição

CRIMINALIZAÇÃO DE MISOGINIA É UMA DAS VOTAÇÕES EM DESTAQUE NA SEMANA

A autora do projeto, acredita que o enfrentamento à violência contra as mulheres deve ser uma prioridade no Senado.

SENADOR ACREDITA QUE CANETAS EMAGRECEDORAS SERÃO MAIS ACESSÍVEIS, COM FIM DA PATENTE DO OZEMPIC

... EU SOU REGINA PINHEIRO E ESTE É O BOLETIM PONTO LEG

O PLENÁRIO DO SENADO DEVE ANALISAR NESTA TERÇA-FEIRA O PROJETO QUE PASSA A CONSIDERAR CRIME A MISOGINIA, QUE É A CONDUTA QUE MANIFESTE ÓDIO ÀS MULHERES. OS DETALHES COM O REPÓRTER ALEXANDRE CAMPOS.

Excessões ao enquadramento em crime de misoginia estão numa emenda já rejeitada pelas Comissões de Direitos Humanos e de Constituição e Justiça.

A autora do projeto, senadora Ana Paula Lobato, do PSB do Maranhão, acredita que o enfrentamento à violência contra as mulheres deve ser uma prioridade

de no Senado.

Por ser uma pauta urgente, é uma pauta que grita. As mulheres estão morrendo, as mulheres estão sendo violentadas, as brasileiras estão sendo abusadas todos os dias...

Já na quarta-feira, os senadores devem votar o projeto de lei complementar que define regras gerais aplicáveis ao desmembramento de Municípios e a proposta da Câmara dos Deputados que classifica como violência doméstica e familiar contra a mulher a chamada violência vicária. Essa conduta se caracteriza pela prática de violência contra parente ou pessoa próxima da mulher, com o objetivo de atingi-la.

A PATENTE DO PRINCÍPIO ATIVO DO OZEMPIC DEIXOU DE VALER NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA. A QUEDA PODE VIABILIZAR VERSÕES MAIS BARATAS DA CANETA EMAGRECEDORA, POR MEIO CONCORRÊNCIA. REPÓRTER LANA DIAS.

Com a queda da patente da semaglutida, a empresa responsável pelo desenvolvimento do produto perdeu a exclusividade para produzir e comercializar o medicamento.

A **Anvisa** informou que há oito pedidos em análise para o registro de remédios com o princípio ativo do Ozempic. A avaliação busca comprovar a eficácia, segurança e qualidade dos medicamentos antes de serem liberados ao público.

O senador Nelsinho Trad, do PSD de Mato Grosso do Sul, que é médico, já defendeu a implementação das canetas emagrecedoras no SUS, com o objetivo de combater o diabetes e a obesidade.

(Senador Nelsinho Trad) " e a gente sabe que essas canetas emagrecedoras podem influir, sim, na baixa dos impactos e das consequências dessas patologias na saúde do cidadão. "

Segundo a legislação, a **patente** expira 20 anos após depósito no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. A empresa Novo Nordisk entrou na justiça para prorrogar esse prazo, o que não foi

aceito pelo Superior Tribunal de Justiça.

O CONGRESSO NACIONAL DEVE ANALISAR A MEDIDA PROVISÓRIA QUE ASSEGURA UM PISO PARA O FRETE DOS CAMINHONEIROS, COM PREVISÃO DE MULTA PARA QUEM DESCUMPRIR O VALOR MÍNIMO.

MAIS INFORMAÇÕES COM O REPÓRTER

RODRIGO RESENDE.

. A chamada MP do Piso do Frete obriga que contratantes e caminhoneiros façam o registro da carga com o valor do frete antes do início da viagem, gerando assim o Código Identificador da Operação de Transporte, a ser fiscalizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a ANTT. Se o valor do frete não estiver no piso mínimo, o código não será gerado e a viagem impossibilitada. O Ministro dos transportes, Renan Filho, afirma que a ideia é haja uma fiscalização universal e que os caminhoneiros tenham seus direitos garantidos.

(Renan Filho) Vamos fiscalizar todos os fretes no Brasil agora eletronicamente, além de intensificar as fiscalizações também presenciais, a fim de garantir a efetividade do cumprimento da tabela.

Se o registro da viagem não for feito de forma anterior ao processo, a multa será de R\$ 10,5 mil. Em caso de descumprimento do pagamento do piso, as multas podem chegar a até R\$ 10 milhões ao contratante em caso de reincidência. A MP será analisada agora por uma comissão de deputados e senadores antes de ser votada nos plenários da Câmara e do Senado.

A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DEBATEU EM AUDIÊNCIA PÚBLICA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NEGRAS E QUILOMBOLAS.

A SENADORA DAMARES ALVES, DO REPUBLICANOS DO DISTRITO FEDERAL, APONTOU A INFLUÊNCIA NEGRA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA DESTACAR QUE A EDUCAÇÃO DEVE RECONHECER ISTO DE FORMA PLURAL E POR MEIO DO RESPEITO ÀS DIFERENÇAS.

OS CONVIDADOS DEFENDERAM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A VALORIZAÇÃO DA AUTO-ESTIMA DESSA POPULAÇÃO.

OUTRAS NOTÍCIAS ESTÃO DISPONÍVEIS EM: SENADO.LEG.BR/RADIO.

Tópicos: [Anvisa](#) [Boletim.leg](#) [Câmara dos Deputados](#) [Comissões](#) [Congresso Nacional](#) [Constituição](#) [Desenvolvimento](#) [Direitos Humanos](#) [Distrito Federal](#) [Educação](#) [Fiscalização](#) [Justiça](#) [Maranhão](#) [Mato Grosso](#) [Mato Grosso do Sul](#) [Medicamentos](#) [Medida Provisória](#) [Municípios](#) [Obesidade](#) [Plenário do Senado](#) [PSB](#) [PSD](#) [Quilombolas](#) [Saúde](#) [Segurança](#) [Senador Nelsinho Trad](#) [Senadora Damares Alves](#) [Superior Tribunal de Justiça](#) [SUS](#) [Transportes](#) [Violência](#) [Violência Doméstica e Familiar](#)